

Mário de Andrade e a língua Brasileira

Bem a propósito da oportunidade do levantamento da questão ortográfica entre o Brasil, Portugal e outros países usuários da Língua Portuguesa, este artigo aborda o problema sob vários aspectos na visão de Mário de Andrade, principalmente quanto à sua possível *Gramatiquinha da Fala Brasileira*

O tema parece velho, mas não só a publicação da reveladora correspondência do notável escritor paulista, mas, principalmente, a pesquisa que Edith Pimentel Pinto, da Universidade de São Paulo, empreendeu para trazer à luz do dia os dados essenciais que deveriam compor a *Gramatiquinha* tão prometida por Mário de Andrade em certa fase de sua existência literária permitem uma retomada do assunto, agora em bases mais seguras e precisas.

Apesar de enfáticas declarações em contrário, houve, de fato um momento em que Mário de Andrade teve intenção de elaborar a *Gramatiquinha*.

Na verdade, como diz Edith P. Pinto, no estudo que realizou sobre a *Gramatiquinha* – de fato tese de livre-docência para a USP – “seus desmentidos, veiculados a partir de 1931, parecem corresponder antes à desistência que à inexistência do projeto” (p. 16). Paulo Duarte, que foi ligado à Mário de Andrade, mostrou-se peremptório: “Já se afirmou que Mário de Andrade jamais cogitou de escrever este livro. Isto é desmentido desde que anunciado como livro em preparação em várias de suas obras e todos aqueles que conviveram com Mário de Andrade sabem que a *Gramatiquinha* era um dos projetos mais vivos nele” (p. 84).

Edith Pimentel Pinto registra as seguintes fases na evolução do pensamento de Mário de Andrade no respeitante à *Gramatiquinha*: “Historicamente, pois, a gênese da *Gramatiquinha* remonta a 1922; sua idealização, em termos ainda imprecisos, ao período que vai de então a 1925, 1926, quando já se desenvolviam atividades de preparação pessoal, de coleta de dados e redação de textos; e sua concepção final, ao triênio 1927-1929, quando foi trabalhada em moldes aproximadamente gramaticais”. (p. 29).

Todavia, em carta a Sousa da Silveira, de 1935, escrevia Mário de Andrade: “Este livro (a *Gramatiquinha*), do qual nunca escrevi nenhuma página, eu nunca jamais tive intenção de escrever”.

Pelo confronto das datas, vê-se, portanto, que, provavelmente, a partir de 1930, se vai desvanecendo no espírito de Mário de Andrade o projeto da *Gramatiquinha*.

1930 é realmente no Brasil, uma data da máxima importância. Não só política, mas antes de tudo cultural. Terminava a democracia liberal e começava a democracia social. O econômico primava sobre o político. Aos liberais que reclamavam eleições, Getúlio respondia com “o voto não enche barriga”. Entrou-se num período de análise da chamada “realidade brasileira”, que levava a ensaios sociológicos, a debates filosóficos, a romances neoneaturalistas (cacau, açúcar, cangaço, a seca do Nordeste...). O movimento modernista não poderia, portanto, deixar de sorver os novos ares. À fantasia de *clown* em que se metera na década de 20 – poema-piada, os temas prosaicos, a atitude iconoclasta – sucedia agora uma reflexão paisana, que procurava interpretar e compreender a realidade brasileira à luz de dados e informações objetivas. Essa mudança de linha de visada já a havia registrado Alceu Amoroso Lima ao distinguir três fases no Modernismo, a segunda das quais, a *central*, situou-a entre 1930 e 1945. A primeira fase, diz Afrânio Coutinho, “é heróica, aventureira, romântica, destruidora, caótica”.

Já a segunda “colheu os resultados da precedente, substituindo o caráter destruidor pela intenção construtiva, pela recomposição de valores e configuração da nova ordem estética” (Cassiano Ricardo). Cessada a batalha, as águas assentaram, e puderam os membros da nova geração tirar os efeitos do desmonte e aplicar as fórmulas estéticas obtidas com a revolução em tentativas de novas sínteses. (1975: 278).

Outro aspecto importante no que tange à gênese da *Gramatiquinha* diz respeito ao encontro de Mário de Andrade com a *Gramática Secundária* de Said Ali. Esse encontro se deu em 1927: “A partir de 1927, porém, a idealização se corporificou sob sugestão de um modelo – a *Gramática Secundária da língua portuguesa* (GS) de Said Ali” (I: 63).

Nesse mesmo ano de 1927 foi que lhe chegou às mãos uma lista de obras *fundamentais* (ao todo oito títulos, um tanto heterogêneos, é verdade), organizada por Sousa da Silveira.

É lícito, portanto, supor que, dessa data em diante, o espírito inquieto e perscrutador de Mário de Andrade procurou assenhorear-se mais seguramente das bases científicas da questão. E isso lhe foi esfriando os entusiasmos e arroubos dos primeiros momentos.

Vemos, pois, esquematicamente, quanto à gênese da *Gramatiquinha* (quaisquer que sejam as possíveis ressalvas), três fases definidas: *a inicial*, do encantamento (1922-1927); *a medial*, da reflexão (1927-1930), e *a final*, da desistência (1930 em diante).

É sob essas três perspectivas que devem ser apreciadas as declarações de Mário de Andrade em relação à projetada *Gramatiquinha*.

Na primeira fase, Mário de Andrade se empolgava com o que julgava uma existência de *Língua Brasileira* distinta da Portuguesa. A expressão já ocorre no *Prefácio Interessantíssimo*, que precede *Paulicéia Desvairada* (1922). Aí também se lê a frase enfática: “Escrevo brasileiro”. “Além disso”, observa Edith Pimentel Pinto, “entre 1925 e 1928 há repetidas alusões suas ao projeto, tanto na correspondência, como nas obras então publicadas, onde se anunciava a *Gramatiquinha* como em preparo”. (1: 27). E essas obras são as seguintes: *Losango Cáqui*, 1926; *O Clã do Jabuti*, 1927; *Amar, Verbo Intransitivo*, 1927; *Macunaíma*, 1928. Todas anteriores a 1930.

Em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro (1925), travou-se o seguinte diálogo:

- Não dou entrevista a vocês jornalistas.
 - Por quê?
 - Porque *A Noite*, certamente, há de querer modificar o meu Português.
 - Mas *A Noite* publicará as suas palavras tim-tim por tim-tim.
 - Com todos os meus solecismos, ou melhor, com aquilo que vocês passadistas chamam de solecismos?
 - Perfeitamente.
 - Pois então, vamos lá.
- (In Edith Pimentel Pinto, II, 1981: 134).

É o momento da Língua Brasileira, oposta à Língua Portuguesa, do futurismo em face do passadismo.

Em texto que Edith Pimentel Pinto rotula como 12F e pertence, na sua catalogação, ao item *folhas avulsas*, lê-se isto:

Inda não existe (a fala brasileira). No entanto na pronúncia temos já uma Língua inteiramente apartada da fala portuguesa. Essa pronúncia e todos os fenomenologia [*sic*] fonética já nos teriam levado para outra fala si não fosse reação erudita. (I: 46).

Deve esse trecho pertencer ao que chamamos 1.^a fase da gênese da *Gramatiquinha*. Dele podemos aproximar a seguinte passagem de uma carta a Carlos Drummond de Andrade, datada de 1925: “Não dou vinte anos teremos uma Língua não diferente porém bastante diversa da Portuguesa e, o que é muito mais importante, afeiçoada ao nosso caráter e condições”. (1982: 41).

Já rolaram mais de cinquenta anos sobre esse prognóstico, e o vaticínio não se confirmou. A língua culta do Brasil, particularmente em sua feição literária, mais se afastou da *solução* marioandradina do que do padrão oficial

português. Tão precárias se mostram as especulações futurológicas, especialmente quando incidem sobre o terreno lingüístico!

Na 2.^a fase, Mário de Andrade procura conceptualizar a sua posição. Toma contato com a *Gramática Secundária* de Said Ali, atualiza-se em Mário Barreto, busca fundamentação teórica em Vendryès. A influência de Sousa da Silveira, através de Manuel Bandeira, virá pouco depois.

Essa foi, para Mário de Andrade, uma fase conturbada doutrinariamente. A sua idéia de *Língua Brasileira* foi-se apagando. Em conseqüência acabou também por rejeitar o *brasileirismo*: “Uma constatação importante é esta a que cheguei: Não tem *brasileirismo*” (I: 47). É que, como consta da caderneta, *Língua Brasileira*”.

“Não se trata de nacionalismo reivindicar, minha gente. Isto é ridículo. Se trata de ser brasileiro e nada mais. E pra gente ser brasileiro não carece agora estar se revoltando contra Portugal e se afastando dele. A gente deve ser brasileiro não pra se diferenciar de Portugal porém porque somos brasileiros”. (I: 44).

E mais:

“Não se trata de reação contra Portugal. Trata-se de uma independência natural, sem reivindicações nem nacionalismos, sem antagonismos, simplesmente inconscientemente”. (I: 45).

E em outro ponto:

“Também a fala brasileira não é diferente da fala portuguesa, é apenas distinta desta”. (I: 47).

Esta última frase, para a Prof.^a Edith Pimentel Pinto, “é a chave par o pensamento de Mário de Andrade a respeito da língua do Brasil”. (I: 47).

Por isso vai ele aos poucos abandonando expressões como *fala brasileira* ou *Língua Brasileira*. Mais tarde iria preferir a designação ambígua de *língua nacional* (I: 50 e 88).

No fundo, Mário de Andrade amava Portugal e, em decorrência, a *Língua portuguesa*. Eis, por exemplo, o que escreveu em 1944 (morreria no ano seguinte) a Paulo Duarte: “No entanto eu sei que não amo a França mais que outros países. Sei é que amo muito, mas de amor todo carnal e espiritual é Portugal, isso não tem dúvida, é o país que eu mais amo”. (I: 86).

E quanto à *Língua Portuguesa*:

“É engraçado, mas eu trago, não propriamente da minha geração, mas das pelo menos duas que antecederam a minha, um desejinho secreto de falar bem o português e escrevê-lo sem erro”. (I: 85).

Contudo, procurando penetrar no que poderíamos denominar a “fundamentação teórica de Mário de Andrade para o problema da Língua”, podemos assinalar um primeiro traço positivo: Não se trata de criar uma língua nova (“Nenhum de nós não tem a pretensão de criar uma língua que um português não possa entender. Não se trata de inventar uma fala de origem brasileira e inconfundivelmente original, não”, dirá em carta de 1927 ao *Diário de Minas*) e sim de reconhecer a existência no Brasil de uma variedade do português europeu, posição afirmada como válida pela ciência da linguagem.

Mário de Andrade, porém, passou a um segundo momento: o de dar forma gramatical a esse material vernáculo disperso pelo território brasileiro; daí o projeto de uma *Gramatiquinha* (não se abalanchava a uma *gramática*, desiderato que tinha por superior à sua competência linguística) da fala (não, da Língua!) brasileira. Em texto que já pertence à fase de desistência – *O Inquérito Geral Etnográfico* – não limita esse material vernáculo à Língua popular, ao *brasileiro vulgar*, como vinha fazendo: “As observações e pesquisas sobre a Língua Nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural”. (I: 60).

A esse propósito, fez Edith Pimentel Pinto, o seguinte comentário em uma de suas *Conclusões* (ou *Convergências*, como prefere chamar): “Essa visão, necessariamente globalizante, dada a sua posição ideológica, pretendia abranger o uso médio brasileiro, rural e urbano, de todas as classes sociais, impressionisticamente avaliado e irregularmente documentado, para configurar uma espécie de coiné, designada como Língua Geral”. (I: 314).

Embora a posição de Mário de Andrade nas linhas supra esteja bordejando angulações informes da moderna Sociolinguística, vemos nelas, antes e ainda, resquícios do vezo romântico de opor uma linguagem espontânea, viva, *natural* a formas de dizer convencionais, disciplinadas, endurecidas. Ora, as Línguas, tanto ao nível popular quanto ao culto, são sempre fenômenos de natureza cultural e não de ordem natural.

Mas como proceder com esse material vernáculo colhido da fala “natural espontânea, desleixada” do povo brasileiro? Para Mário de Andrade convinha inicialmente afastar o perigo do *regionalismo*. “Pretendi usar os materiais que a minha terra me dava, minha terra do Amazonas ao Prata”, (I: 59) disse ele certa vez. A Manuel Bandeira, que o acusara (injustamente) de escrever paulista em vez de brasileiro, assim respondeu: “Injustiça grave. Me tenho preocupado muito com não escrever paulista e é por isso que certos italianismos pitorescos que eu empregava dantes por pândega, eu comecei por retirar eles todos da

minha escrita de agora. Mais tarde vamos a ver o que a gente pode aproveitar deles”. (*O Português do Brasil*, II: 138).

Era a tentativa, impossível, de “desgeograficar” a língua portuguesa do Brasil, para falar como Cavalcanti Proença. Empresa semelhante à que Dante havia assumido para a língua italiana. Isso foi trazido à baila na época, e Mário de Andrade procurou afastar o pretense modelo, com a argumentação abaixo, contida na mesma carta a Manuel Bandeira que acabamos de citar (a qual é de 1925): “Não quero que você pense que estou imaginando criar uma língua nova, como se diz que fizeram Dante e Camões, principalmente o primeiro. Ora isso é idiota porque Dante seria incapaz de escrever o italiano da Comédia se antes dele não tivesse a escola siciliana e toda a porção de trovadores que já escreviam em língua vulgar. Eles é que permitiram a existência pra língua italiana como os cronistas e cantadores portugueses permitiram o português de Camões”.

Não vamos agora ponderar os argumentos marioandrados. Interessamos melhor apurar a pertinência ou não-pertinência do símile com Dante.

Como se vê percorrendo o *De vulgari eloquentia*, o imortal florentino rasteou por toda sua Itália o que denominou *volgare illustre*, ou seja, o falar ítalo-românico de melhor expressividade, elegância e beleza. Mas, pouco a pouco, foi rejeitando a todos eles: o milanês, o bergamasco, o marquesano, o sardo, o genovês, o romanhol, o vêneto, também o siciliano, o próprio toscano. “In nessun luogo d’Italia il poeta à riuscito a trovare l’odorosa pantera di cui era andato a caccia... – cioè il volgare illustre”, comenta Migliorini (1961: 182). A conclusão veio a ser então a seguinte: “il volgare illustre, cardinale, aulico e curiale, é quello che è di ogni città italiana e sembra non risieda in alcuna” (p. 183).

Em boa parte, foi isso mesmo que Mário de Andrade tentou fazer. Mas, em vez de procurar um *volgare illustre* localizado, Mário de Andrade sonhou com uma unidade constituída de partes capturadas de dentro do mosaico lingüístico brasileiro, portanto uma unidade irreal, verdadeira ficção. Talvez por isso tivesse dito estas palavras: “Este é um livro de ficção, e ninguém aprende gramática nele, é lógico” (I: 54). No entanto Dante, quando se decidiu a escrever em vulgar, *per nostra fortuna*, comenta Tagliavini, usou o florentino (1959: 464). E, nesse ponto, Mário de Andrade errou. Não havia por que forjar uma fala brasileira, com pedaços do vulgar nativo. Essa fala – que Edith Pimentel Pinto entende como “norma” (I: 314) – só poderia ser uma estilização da norma, e essa confusão entre a faculdade de estilizar, que estava ao seu alcance, e a de modelar a norma, que totalmente lhe escapava, como ocorre com qualquer um de nós, pois a norma é coletiva e se forma historicamente, foi que malferiu as bases teóricas por que ansiava.

Ao tomar, praticamente, por fundamento o dialeto florentino e ao estilizá-lo, Dante tornou-se um dos fautores da língua italiana padrão. Apurou-a, disciplinou-a, mas não a criou: o seu que-fazer situou-se no plano estilístico. Aqui novamente Migliorini: “La ricerca dantesca, benchè prenda le mosse dallo stato linguistico dell’Italia del suo tempo, non è una ricerca di lingua (intesa come strumento sociale, atto a servire alla generalità degli Italiani), ma di stile (cioè di una sublimazione artista della parola).” (*op. cit.*: 183).

Dante, no mosaico lingüístico italiano, pelo seu gênio erigiu uma das pedrinhas em língua nacional da Itália: “língua toscana”. É, aliás, a Itália caso típico de *língua comum* (no caso, língua nacional) de base literária. Vendryès di-lo claramente: “Il y a enfin des langues communes qui sont d’origine purement littéraire. C’est le cas par exemple de l’italien fixé comme langue commune à partir du XIV.^e siècle, grâce au prestige et à l’influence d’écrivains comme Dante, Pétrarque et Boccace, à une époque où le pays n’avait aucune unité politique. Sans doute ces grands écrivains utilisèrent langue qu’on parlait autour d’eux; d’où le nom de *língua toscana* porte depuis Dante la langue littéraire italienne.” (1921: 315).

Há, pois, certo paralelismo entre a obra de Dante no campo lingüístico e o projeto marioandrado da língua brasileira. Mas as perspectivas históricas eram bastante diferentes. Dante procurava um *volgare illustre* que servisse de suporte à sua língua literária romântica. A Itália de então *n’avait aucune unilé politique*, ao contrário do Brasil século XX. Não tendo encontrado o *volgare illustre*, Dante, como Petrarca e Bocácio, usaram da língua *qu’on parlail autour d’eux*.

Ora, Mário de Andrade nasceu num país que já havia conquistado a unidade política há quase um século e que dispunha de uma língua culta padrão, nacional e oficial. Julgou, porém, que havia uma defasagem entre essa língua padrão e a língua realmente viva do povo brasileiro. Essa língua *realmente viva* seria então o *brasileiro* ou a *língua brasileira*. Mas aí começaram os seus problemas. Não quis *regionalizar* a Língua que imaginava e por isso mesmo temia que vissem no seu protótipo lingüístico o *falar paulista*. Daí ter tantado *desgeografar* a Língua, tentando construí-la com fragmentos de vários falares regionais, não só populares, mas até cultos, tarefa incomensurável com os dados da História, pois nem as *koinés* conhecidas assim se constituíram.

O plano de uma *Língua Brasileira* foi-se, pois, desvanecendo. Como vimos, nem seria *distinta* da portuguesa (isto é, continuaria *essencialmente* portuguesa, nem poderia ser trabalhada a modo de mosaico. Daí que Mário de Andrade passou da solução *gramatical* para a *estilística* (e então volta a encontrar-se com Dante). Vejam-se os seguintes trechos, que extraio da excelente

tese de Edith Pimentel Pinto: “Só quis mostrar que o meu trabalho não foi leviano, foi sério. Bem que matutei e trabalhei pra dar pro meu estilo novo normas que organizassem-o. Si cada um fizer também das observações e estudos pessoais a sua gramatiquinha muito que isso facilitará pra daqui a uns cinquenta anos se salientar normas gerais, não só da fala transitória e vaga porém da expressão literária impressa, isto é, da estilização erudita da linguagem oral. (p. 42).

Cada um que dê a sua estilização, a sua solução e se chegará um dia a essa normalização geral tirada do pouco que acertaram e do muito que erraram. Vale mais errar porém fazer do que não errar e não fazer. (p. 43).

Porque se trata de estilização culta e não fotografia do popular, meu caro. Agora: essa sistematização tem de ser fatalmente pessoal. Não pode ser doutra forma pois estou começando uma coisa e não tirando uma gramática inteirinha de fatos documentados pela escrita culta e literária. (p. 85).

Não estou fazendo regionalismo. Trata-se de uma estilização *culta* da linguagem popular da roça como da cidade, do passado e do presente. (p. 86).

Como se vê, Mário de Andrade não só identificava a Língua padrão como a Língua literária, mas ainda acreditava no prestígio desta no sentido de modificar a própria língua comum. Certamente que, como literato, lhe assistia todo o direito de *estilizar* a Língua nacional que recebera desde o berço. Mas seria utopia supor que, por meio de estilizações *literárias* sucessivas, essa Língua nacional pudesse finalmente ser partejada.

Mário de Andrade, profundamente honesto intelectualmente, buscou em vão fundamentos teóricos para a sua posição. Caminhou então no sentido de amparar-se numa base psicológica, de escasso teor científico, aliás. Dessa “psicologia da fala brasileira” dá-nos Edith Pimentel Pinto o seguinte resumo: “A par de dados muito imprecisos como doçura, meiguice, ironia, indecisão, sensualidade, pegafoguismo (?), comodismo, caracteres que, impressionisticamente, atribui à fala brasileira, Mário de Andrade enumera outros que, apesar de genéricos, são pertinentes, como musicalidade, moleza, lentidão, e ainda aspreza, *embolados* e frases rápidas: – a outra face da mesma fala, quando dinamizada pelo impacto da vida moderna.” (p. 284).

Até quando se trata de classificação dos vocábulos, Mário de Andrade recorre à *psicologia da palavra*. E, na página 115, a Prof.^a Edith Pimentel Pinto admite ter Mário de Andrade pensado numa fotografia psicológica”... Em certos momentos, recorre inclusive a o “lirismo”, como no caso das exemplificações: “Nem uma só vez dar exemplos vulgares gênero “Pedro matou Paulo”. Todo exemplo será reflexão profunda. Será frase lírica adorável. Será julgamento crítico. Ataque ou sarcasmo. No máximo com brasileirismos. Raríssimo dar exemplo palavra isolada, só quando contiver lirismo.” (p. 159).

Ora, exemplos tipo “Pedro matou Paulo”, para falar com Saussure, são exatamente os exemplos que convêm à *langue*, entidade de caráter coletivo, base linguística de qualquer gramática (e, portanto, também de uma “gramatiquinha”). O lirismo fica, antes, por conta da Estilística.

Vê-se, pois, que as dificuldades teórico-práticas se iam amontoando no espírito de Mário de Andrade. E o desfecho desse drama ideológico foi o abandono final do projeto. Nem a *Gramatiquinha* foi jamais publicada, nem Mário de Andrade furtou-se a manifestar publicamente a sua desistência. Os textos são muito claros:

Em carta a Augusto Meyer, datada de 1931, disse o seguinte: “Você me pergunta se abandonei mesmo a idéia da *Gramatiquinha*. Propriamente: não abandonei porque nunca tive intenção de escrevê-la. Se desde início tivesse falado disso, você saberia qual a minha intenção anunciando o livro, como outros amigos sabem. Minha intenção foi apenas (e de antemão com medo dessa rapaziada moça que imita e cai logo no fácil) foi mostrar que não estava às escuras, que tinha documentação e estudos a respeito do que estava tentando.” (V. Edith P. Pinto, 1981: 2, 156).

Em correspondência com o filólogo Sousa da Silveira (1935), foi bem explícito: “Desde o livro anterior, eu anunciara um livro futuro, a *Gramatiquinha da Fala Brasileira*. Este livro, do qual nunca escrevi nenhuma página, eu nunca jamais tive intenção de escrever. É certo que tomei muita nota, fiz muita ficha, a respeito da Língua e de processos que me pareciam mais nacionais de traduzir o pensamento em linguagem, mas é só. Eu anunciava o livro, apenas para indicar a todos que o que eu estava tentando não era tentado assim ao atá das recordações mas uma coisa séria, sistemática, e bem pensada. Nem isso valeu aliás. Até amigos íntimos imaginaram que eu estava orgulhosissimamente querendo... inventar a Língua do Brasil!” (idem: 2, 163).

Curioso quem em carta de 1929 a Manuel Bandeira, procurando contestar a João Ribeiro (“Respondi que isso não tinha a mínima importância, discutir critério de línguas e dialetos pra saber se falamos português ou brasileiro. E que ele e Roquete Pinto estavam como quase todos colocando o problema errado”), assumiu Mário de Andrade exatamente a posição defendida por João Ribeiro, como se vê das linhas abaixo: “Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser língua minha, a língua de meu país, a língua que hoje representa no mundo mais o Brasil que Portugal; enfim: a língua do Brasil. O resto: maior ou menor sintaxização brasileira dos nossos escritores, isso era contribuição pessoal, não tinha importância pragmática nem distinguia fala dum e doutro”. (idem: 2, 147).

Nesse trecho, Mário de Andrade também coloca a questão da língua portuguesa do Brasil como *Língua própria*. Desse assunto se ocupou com a mestria de sempre Amado Alonso em seu *El problema de la lengua em América*, e a isso nos referimos em nosso *O problema da Língua Brasileira* (1ª edição, 1940). O que então mostrava com simplicidade o celebrado mestre espanhol é que o castelhano é língua tão legítima dos hispano-americanos quanto de seus conterrâneos europeus; da mesma sorte, a Língua Portuguesa nos pertence de direito a todos nós, brasileiros, quanto aos nossos irmãos portugueses, que nela herdaram. Pode-se ver que é a mesma tese de Mário de Andrade acima exposta.

Igualmente vejo identidade entre o pensamento de Mário e o de João Ribeiro no referente ao citado “problema da língua brasileira”. Releia-se o que escreveu o epistológrafo e compare-se com esta famosa definição de João Ribeiro em sua *A Língua Nacional* (2.ª edição, 1933): “A língua nacional é essencialmente a Língua Portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos.” (p. 262).

Aceitando essa colocação de João Ribeiro e calcado em outros argumentos, assim concluíamos no mencionado livro de 1940: “Concluimos pela *unidade lingüística* entre Portugal e o Brasil. Simultaneamente estabelecemos a *diversidade lingüística*, entre os dois países.” (p. 165).

Ora, também aqui Mário de Andrade não discrepou, pois alude à “contribuição pessoal”, ou seja precisamente ao fator estilístico. Com bastante autoridade, Gladstone Chaves de Melo, em livro muito bem logrado (*A Língua do Brasil*, 1.ª edição, 1946), enfatizou, com a lucidez de sempre, a diferenciação meramente estilística: “Nada impede que nós tenhamos *língua* portuguesa e *estilo* brasileiro. Isto é, um sistema gramatical português, o mesmo que se encontra em Camões, Vieira, Bernardes, Herculano, Garrett etc. e um modo de expressão, uma *escolha* no material lingüístico e algumas criações que melhor se ajustem e que correspondam ao espírito, à alma, ao temperamento, à sensibilidade brasileira.” (p. 134 da 2.ª edição).

Por conseguinte, após um passeio perigoso e acidentado pelas regiões tortuosas do radicalismo lingüístico, insuflado pelos ventos juvenis do Modernismo e do que Edith Pimentel Pinto admitiu ser o *Espírito Novo*, Mário de Andrade, levado por um aprofundamento cultural do problema, a que o induziu a sua natureza inquieta e ardente de pesquisador, num esforço constante e quase torturante de honestidade intelectual, veio chegar a conclusões que não só o aproximam de um Amado Alonso, como de um João Ribeiro ou um Gladstone Chaves de Melo. Tanto é verdade que “les beaux esprits se rapprochent”.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE, Carlos Drumond de. *A lição do amigo*. Cartas de Mário de Andrade a _____. Rio de Janeiro. José Olympio, 1982.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*, 7.^a ed. Rio de Janeiro, Editora Distribuidora de Livros Escolares, 1975.
- ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1940.
- LÁZARO CARRETER, Fernando. *Dicionário de términos filológicos*, 3.^a ed. corrigida. Madrid, Gredos, 1968.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Agir, 1956.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*, 2.^a ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MIGLIORINI, Bruno. *Storia della lingua italiana*, 3.^a ed. Florença, Sansoni, 1961.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*, Textos críticos e teóricos. 2-1920/1945. Seleção e apresentação de _____. Rio de Janeiro (Livros Técnicos e Científicos). São Paulo (EDUSP), 1981.
- _____. I - *A Gramatiquinha. Texto e contexto*. II - *Apêndice*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, para concurso de livre-docência. São Paulo, 1982.
- RIBEIRO, João. *A língua nacional*, 2.^a ed. São Paulo, Editora Nacional, 1933.
- TAGLIAVINI, Carlo. *Le origini delle lingue neo-latine*, 3.^a ed. Bolonha, Riccardo Pátron, 1959.
- VENDRYÉS, Joseph. *Le langage*. Paris, La Renaissance du Livre, 1921.
- De MISCELÂNEA DE ESTUDOS LITERÁRIOS — Homenagem a Afrânio Coutinho — Pallas/Pró Memória, INL, Rio de Janeiro, 1984.

(*Sup. Lit. n.º 1052, 06/12/1986*)

*